

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 330-350.

***O IDEÁRIO CIVILIZATÓRIO E A PERSPECTIVA HUMANISTA: UM ENSAIO PARA A
CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRIMÓRDIOS DA NAÇÃO NO IMPÉRIO***
THE IDEAL OF CIVILIZATION AND THE HUMANISTIC PERSPECTIVE: AN ESSAY FOR THE
CONTEXTUALIZATION OF THE BEGINNINGS OF THE NATION ON EMPIRE

RONALDO RAEMY RANGEL

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Coordenador do MBA em Inteligência Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
rrrangel@fgvmail.br

GABRIEL DOLABELA DE LIMA RANGEL

Doutorando em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF)
Professor de Direito Constitucional da Universidade Candido Mendes (UCAM)
gabrieldolabelaadv@globo.com

RESUMO

O ensaio apresentado, baseando-se na releitura de autores clássicos, busca apresentar as ações de um grupo específico das elites que, nos primórdios do Império Brasileiro, valendo-se de princípios humanistas, buscaram construir um ideário civilizatório e sentido de Nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: elite. Iluminismo. Humanismo. civilização brasileira.

ABSTRACT

The presented essay, based on the reading of classic authors, aims to present the actions of a specific group of elite who in the early days of the Brazilian Empire, drawing on humanist principles, sought to build a civilizing ideals and the sense of Brazilian nation.

KEYWORDS: elite. Enlightenment. Humanism. brazilian civilization.

1 Introdução

Massand Moisés (1974,online) afirma que um

ensaio não procura provar ou justificar ideias, nem se preocupa em lastreá-las eruditamente, nem, mesmo ainda, esgotar o tema escolhido; preocupa, fundamentalmente, desenvolver por escrito um raciocínio, uma intuição .

Resumidamente, este texto tem o objetivo de — como um ensaio — discutir o papel de um grupo específico das elites

no Império, grupo esse que, sem dúvida, pertencia à elite econômica, destacando-se dela, no entanto, por sua instrução, seu nível cultural, sua intelectualidade e seu contato frequente com o mundo já envolvido com os moldes da revolução industrial.

Tal grupo, em nosso trabalho, restringe-se ao conjunto de indivíduos do segmento de elite que orbitava na Corte organizando-se em torno de associações civis independente de seus objetivos estatutários. Marco Morel no livro “As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores e Sociabilidade na Corte Imperial 1820-1840” (MOREL, 2005), embora centrado em explicitar as transformações dos espaços públicos ao longo do Império, nos mostra como as diversas formas de sociedades e associações — ou de formatos de sociabilidade — foram importantes para a construção do Estado nacional. (MOREL, 2005, p. 266).

Nosso argumento, que pretendemos explorar no presente ensaio, é que, mesmo antes da independência, certos grupos hegemônicos do país, ou se preferirmos, segmentos da

elite, conscientemente não acreditavam que seus objetivos pudessem ser levados avante apenas na esfera do Estado. É que este era um objeto em construção e, por outro lado, a realidade brasileira se caracterizava por forte ambiguidade nas estruturas sociais. Assim, os aludidos grupos hegemônicos ampliaram sua atuação (ou capacidade de intervenção) participando de associações civis (a maior parte erguida sob a égide da filantropia), nas quais em verdade conviviam com “seus pares”, mantendo-se informados do encaminhamento das questões relevantes aos seus interesses e, por certo, estendendo seus braços para onde o Estado não pudesse agir.

Para avançar nosso argumento nos basearemos na revisão bibliográfica de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Raimundo Faoro, considerados as referências incontestes sobre a formação da sociedade brasileira, além de outros para fins complementares. Com base em tais autores aceitamos de pronto que a elite imperial não era homogênea e se distribuiu em diversos setores ou grupos

com interesses distintos definidos por questões regionais, de formação cultural, de relações interpessoais (e mesmo familiares) e outras que vão determinar diferentes formas de ação e, principalmente, de estratégias políticas para manutenção ou ampliação de sua posição de hegemonia.

Contudo, também é certo que o Estado no país não nasce pela vontade ou mobilização do povo e, exatamente por isso, não se pode negar que a preocupação com a ordem (ou com sua manutenção) uniu todos os segmentos da elite local visando à consolidação do poder do Estado Imperial brasileiro forte. Isso, como consequência, possibilitava a estabilidade necessária para que fossem arbitrados assuntos internos e externos, que afetavam seus interesses.

Praticamente todos os diversos grupos da elite imperial (econômica, política, latifundiária e agrária mercantil-exportadora) se esmeraram em estabelecer um espaço territorial unificado e em formar um único Brasil, que, no entanto, não se concebia sem o trabalho escravo. Apenas um segmento da elite imperial, por óbvio também econômico,

político e latifundiário, entretanto, instruído e, mesmo, intelectualizado (o que lhes conferia uma visão humanista), é que de fato esforçou-se em construir o sentido de uma civilização brasileira erguida pelo princípio da ordem e do consenso (condições necessárias para suplantar as vulnerabilidades intrínsecas ao sistema de produção escravista).

Pode-se ter como base o livro “Instituições Políticas Brasileiras”, de Viana (1999), que resumidamente procurou demonstrar que a unidade nacional no Brasil resulta diretamente do projeto de um grupo específico da elite brasileira, o qual, inclusive, chamou de “excelência da elite nacional”, apresentando a tese de que foram as “elites esclarecidas” que teriam implantado no país o regime monárquico, o sistema de justiça, de instrução e de ensino, a organização militar e outras tantas instituições, ou seja: o Estado Imperial.

Claro está que, para Oliveira Viana, os membros esclarecidos da elite imperial, que dirigiram a construção de

uma lógica de Estado, não deixaram de pensá-lo pragmaticamente como um Estado centralizado ou, dito de outra forma, como um ator privilegiado que possibilitasse a integração do território e a articulação do mercado interno de abastecimento e de seus meios de ligação, permitindo, assim, a reprodução do capital mercantil, já que este dependia diretamente dos privilégios do Estado, o que criava o interesse de estabelecer um modelo de organização estatal que se afastasse das estruturas republicanas e do separatismo (como se vinha processando nos países vizinhos) e indicava um Estado Centralizado capaz de garantir a legitimidade dos privilégios de indivíduos proprietários de terras e escravos.

Note-se então que a lógica do Estado não era consequência natural de um projeto de Nação, mas a questão da nacionalidade brasileira certamente era vista por parte da elite como um dos elementos nucleares da construção ideológica nacional, ou seja, do projeto civilizatório que, ao fim e ao cabo, define a identidade e as potencialidades do país, o que trata de colocar em foco as reflexões promovidas por

parte da elite intelectual e humanista no século XIX, nosso objeto de estudo.

Claro está que para definir um projeto de civilização brasileira tornava-se necessário organizar e disciplinar certas forças vitais da sociedade no país. Destacamos também que todo o movimento civilizatório no século XIX estava necessariamente influenciado por questões externas ao Brasil, como, por exemplo, a reverberação da Revolução Francesa e das ações práticas dela derivadas como a independência dos EUA em 1776 e o fim da escravidão no Haiti em 1793. Mas, acima de tudo, havia a influência dos efeitos da revolução industrial que disseminava de forma cada vez mais ativa novos padrões, não apenas para o mundo do trabalho, como também, e principalmente, para o funcionamento regular da vida em sociedade.

Esses novos padrões de sociabilidade identificados, podem ser definidos como a forma de ser, de pensar e de agir predominante entre grupos sociais num dado momento histórico, sendo evidente que tais perspectivas não são

autogeradas e sim constructos ideológicos de poder simbólico emanados por grupos com maior poder e influência.

Vale notar que, com mais ou menos ênfase, e com as evidentes e devidas nuances destacáveis, argumentos análogos sobre a premência de certos subgrupos da elite na construção do Estado Imperial estão presentes ou reapresentados em obras dos grandes pensadores nacionais, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado, sendo que todos, em sentido conceitual relativamente assemelhado, afirmam que tal característica permitiu que a elite brasileira subjugasse o conceito de Nação, que foi substituído pelo interesse de grupos, no sentido de acomodação dos interesses individualizados.

2 A Ideário Civilizatório

Para os fins propostos em nosso ensaio, parece-nos fundamental tentar explicitar o que Viana chamou de “membros esclarecidos da elite”. Em primeiro lugar, reafirmamos nosso entendimento de que alguns quadros da

elite se destacavam do que genericamente se pode conceituar como elite imperial por sua visão humanista decorrente do seu contato frequente com o mundo, que já se desenvolvia nos moldes da revolução industrial.

Se tomarmos os ensinamentos de Antônio Gramsci, para quem cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, sendo claro que nem todas desempenham essa função específica de maneira relevante ou preponderante na sociedade. Assim, podemos, tal qual fez Gramsci (1988), perceber a distinção que se dá entre intelectuais — ativos ou não — como referência à função social que exercem. Desse modo, é possível que parte de tais grupos intelectuais (com funções ativas) considerem a si mesmos como independentes do grupo social dominante, criando o que o autor chamou de “espírito de grupo” com um senso de homogeneidade e consciência próprios (GRAMSCI, 1988) que os diferencia do restante da elite.

Assim, somos levados a crer que o segmento diferenciado da elite que buscamos estudar tinha o “espírito de

grupo” e estava consciente da necessidade de construir uma Nação, ou seja, constituir os padrões de sociabilidade ou, melhor ainda, relações sociais voltadas para um projeto civilizatório. Desta forma, entendemos ser necessário delimitar o conceito civilizatório apregoado pela parcela da elite que buscamos estudar.

Alguns autores defendem a linha de pensamento de que a elite que dava sustentação ao poder imperial era homogênea, não apenas por razões econômicas, mas até mesmo pelo interesse geopolítico.

[...] a homogeneidade ideológica e o treinamento forma características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas desta elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e foi, em sua grande maioria, parte do funcionalismo

público, sobretudo da magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria corte portuguesa e foi fenômeno único na América. (CARVALHO, 1996, p. 33)

Entretanto, a professora Maria Odila Dias, em seu livro “A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos” (2005), propõe uma mudança na visão historiográfica corrente ao afirmar que a chegada da corte em 1808 é de fato o ponto central para compreender-se o Brasil, pois a transposição da metrópole para o Rio de Janeiro é por ela apresentada como “a fundação de um novo Império português” (DIAS, 2005, p.10), ou seja, ao menos após a Revolução Liberal do Porto (em 1820), não se pretendia compor um panorama brasileiro como uma cópia do Estado absolutista português, mas sim, por meio da nova metrópole buscava-se a preservação lógica do Império português, pois:

A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo mesmo ficado associado a luta civil que se travava então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra as inovações que a nova corte do Rio tentaria impor ao reino. (DIAS, 2005, p. 54)

Se aceitarmos tal linha de argumentação, verificaremos que no Brasil permanecerá, por praticamente todo o século XIX, com uma profunda dicotomia, ou ambiguidade, na estrutura da elite, sendo parte dela assentada em seus “direitos” herdados das antigas condições do reino e parte muito próxima de algo que podemos chamar de tradição iluminista. E é nesse contexto complexo de visões e interpretações que se estabeleceu a discussão quanto às questões nacionais e o princípio civilizatório para o Império do Brasil.

De fato, uma vez implantado o Estado Imperial, surgiu como tarefa seguinte a necessidade de definir o perfil para a "Nação brasileira". A problemática da formação nacional é tratada por diversos autores, dentre eles Caio Prado Júnior para quem a noção de Brasil constitui-se como uma instância inconclusa, em uma transição da sociedade colonial para uma sociedade nacional. Prado Júnior entende que o processo de formação nacional — desde a época colonial — estabelece ambigualmente uma linha de continuidade onde a formação nacional é afirmada a partir da colônia e, ao mesmo tempo, faz oposição à condição colonial. (PRADO JÚNIOR, 1996)

Por seu turno, Fernando Novais nos ensina que o caráter contraditório de tal movimento emerge quando a contradição entre colônia e Nação se converte em antagonismo aberto, ou seja, no momento de superação da contradição, a sociedade brasileira enfrenta o dilema entre a afirmação da sociedade nacional, pela ruptura do passado colonial (NOVAIS, 1986).

Decorre daí o choque entre forças e modos de produção distintos, dicotomias como o “novo” contra o “arcaico”, pois a sociedade de origem colonial ao se desenvolver, torna-se complexa, criando, ao longo de um processo histórico, estruturas sociais com características particulares.

Vale lembrar que, em um momento inicial do colonialismo brasileiro, a vinda do europeu ao Brasil teve foco exclusivo na extração de riquezas sem qualquer preocupação com formação nacional. As condições e mistérios da nova terra, por sinal, não despertaram o interesse da mais alta nobreza e intelectuais europeus. Os primeiros que aqui colocaram os pés eram pessoas despreparas intelectualmente, vindas como verdadeiros aventureiros que, sem êxito na Europa, estavam dispostos a iniciar uma vida “selvagem” em lugar inexplorado. Some-se isso à vinda de inúmeros degredados. (RIBEIRO, 2011).

Assim, em um aspecto de formação cultural, intelectual e humanística, sempre houve uma barreira congênita, embrionária, na estruturação brasileira. Isso também, como

asseverou Caio Prado Júnior, se deu no tocante à possibilidade de formação da “economia nacional integrada”. Para o autor, as economias podem ser classificadas em economias coloniais, economias em transição e economias nacionais (PRADO JÚNIOR, 1960). Nesses termos, o padrão da economia vigente, define o perfil de nação, sendo que, para o autor, a transição de uma “economia colonial” para uma verdadeira “economia nacional” que se inicia quando da independência política em relação a Portugal poderia resultar tanto na formação da Nação quanto em uma mera reversão colonial (VIANA, 1933).

Nesse contexto de transição, o grupo de elite humanista que estudamos, buscava estabelecer um perfil de Nação que fosse capaz de lhe garantir uma identidade própria frente ao conjunto amplo das nações. Tarefa que, em tese, deveria ser baseada em princípios organizadores (mormente europeus) da vida social do século XIX. Entretanto — e ambigualmente — havia que se construir um projeto nacional para uma sociedade

soerguida pelo trabalho escravo. Não sem motivo José Bonifácio discursa em 1813:

[...] amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc., em um corpo sólido e político. (DIAS, 1972, p.174).

Outra citação em igual sentido pode ser encontrada no discurso do deputado Soares Franco na sessão da corte portuguesa realizada em 3 de fevereiro de 1821:

O Brasil é um paiz nascente e povoado de habitantes de diversas côres, que se aborrecem mutuamente; a força numerica dos brancos é muito pequena e só Portugal os póde socorrer efficazmente em caso de qualquer dissenção interna ou ataque externo.(..) (BIBLIOTECA NACIONAL,1931, p.159)

Dessa maneira, devido ao fato de a realidade social brasileira ser muito diversa do modelo norteador europeu e de

estarmos emergindo em meio a tantas diferenças e misturas étnicas, a tarefa da elite humanista de criar uma Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso (ideias tão caras ao iluminismo), restringe-se, no Brasil, a surgir como o desdobramento de uma civilização branca de origem europeia.

Assim, se acolhermos que, para o iluminismo, a "civilização" pertence ao ideológico, ou seja, é uma meta e um ideal de comportamento que se estabelece por costumes e valores, a Nação brasileira pós-1822 surge iluminista no que tange à etnia dominante (inclusive imbuída pelas ideias de emancipação) e, na contramão, simultaneamente, conservadora, escravocrata e discriminadora.

Entendemos, parafrazeando Robert Pechman (2002), que o grupo da elite brasileira com caráter humanista teria, ao longo do Império, a árdua missão de colocar o país no fluxo civilizatório europeu, buscando um “padrão civilizatório” que pudesse se tornar uma referência para todos os brasileiros (PECHMAN, 2002, p. 31), sem o que se estaria definindo a

Nação brasileira como uma ideia que internamente decide quem é ou não portador da noção de civilização, sendo, portanto, um projeto insustentável em longo prazo. Nessa dimensão, afirma o autor: “uma nova dinâmica é definida pela fusão entre o nacional e o civilizatório, na aproximação entre o particular e o universal” (PECHMAN, 2002, p. 64).

É bem verdade que, ao longo do período colonial, ocorreram diversas mudanças estruturais no Estado e na sociedade, importando em um certo reducionismo falar genericamente em “período colonial”. Cite-se como exemplo a superação parcial do regime das capitanias hereditárias com o estabelecimento de um governo geral e o período da União Ibérica. Por sinal o primeiro Tribunal brasileiro foi estabelecido no período da União Ibérica por Felipe III, em 1609. A despeito da ineficiência da incipiente Justiça à época, pode-se conceber a iniciativa como uma legítima tentativa de humanizar e apaziguar conflitos na colônia (SCHWARTZ, 1979).

De mais a mais, como destacou Maria Odila, foi o desenvolvimento da Corte vinda em 1808 que possibilitou uma forte transformação. Podemos citar como exemplo a difusão de hábitos cada vez mais sofisticados entre os integrantes da elite na cidade, ainda que esses novos hábitos convivessem com a pobreza e com a desordem, já que a população se diversificava não apenas pelo duplo domicílio dos proprietários rurais ou pelo surgimento de empresários de ramos variados, mas também pelo crescimento do número de negros libertos, homens livres pobres, imigrantes sem trabalho, etc.

Florestan Fernandes atesta que neste contexto, foi importante o surgimento de novos agentes econômicos ligados ao setor de serviços, o que ocorreu "muito antes da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre" (FERNANDES, 1975, p 28).

É, então, lícito aceitar que com a vinda da corte Portuguesa para cá, tornou-se premente o estabelecimento de políticas diversas — em choque com os paradigmas coloniais — como a de urbanização, sendo que no decorrer do século

XIX, com o crescimento das cidades — que em sua concentração tornavam mais evidentes as sequelas da pobreza de homens nascidos livres ou libertos — foi possível vislumbrar o aumento do número de instituições que com uma visão humanista, agregavam abrigo e orientação voltadas para a população livre, porém desprovida de propriedades.

Em verdade há, sem dúvida, a preocupação em entender os pobres homens brancos do Império e de buscar incorporá-los aos padrões de socialização reformatando os costumes, a atitude individual e as condutas morais.

Assim, como legado da colônia e do primeiro Reinado, restou uma série de debates sobre a estruturação de um sistema em que a educação do povo fosse sintetizada num entendimento específico da palavra civilização. A civilização como ilustração, como possibilidade de levar luzes a toda a população. Seja como for, o segmento da elite aqui tratado que mantinha vínculos constantes com o mundo exterior, não só teve contato com os ideais iluministas, mas os difundiu no país, sendo claro que o iluminismo não só lhes conferiu uma

visão humanista para a sociedade que emergia, como foi de fundamental importância na formação política desta parcela da elite do Brasil Imperial.

3 A Perspectiva Humanista

Como se sabe, o Estado é um ente pactuado entre os atores de certa sociedade, e o pacto (no sentido iluminista) é, antes de tudo, um produto da razão. O conjunto de pactos que liga os atores de uma sociedade — mesmo que nela exista alguma forma de discriminação — constitui a civilização, o que talvez, para os iluministas, seja a mais visível expressão da razão.

Entretanto, como se percebe pelo aposto acima, há formas distintas de pacto, que provocam soluções diferentes. Estas podem implicar, de um lado, na imposição do mais poderoso (sendo, portanto, uma racionalização baseada em desvantagens para alguns grupos), ou, ao contrário, surgir da

composição de interesses, e, portanto, resultar da racionalização de vantagens.

Desse modo, podemos formular o senso de que o pacto imperial se baseava na razão Iluminista, muito embora correspondesse a uma “racionalização de desvantagens”, sendo um constructo racional de diversos setores da sociedade brasileira oitocentista. Não sem motivo, intelectuais que foram importantes no período (pertencentes ao nosso segmento de elite estudado) construíram os caminhos que pudessem ligar o Brasil Império aos ideais iluministas, ou, se preferirmos, aos preceitos civilizatórios.

A tarefa, sem dúvida, exigiu esforços imensos do segmento humanistas da elite que estudamos, dada a necessidade de criar o sentido de brasilidade, ou de incutir no povo a vontade de se transformar em Nação, sendo claro que a elite humanista conhecia as transformações nas relações sociais que se processavam em países onde a revolução industrial já se consolidava e com certeza, sabiam, por exemplo, que desde 1830 surgiram na Inglaterra os primeiros

sindicatos, e que, obviamente, tinham como objetivo a conquista de melhores condições de trabalho e remunerações.

Ademais, a influência humanista sobre tal segmento da elite certamente os fazia compreender que, apoiadas nas ideias iluministas parte das colônias inglesas na América do Norte, não só romperam com a metrópole, mas criaram uma Nação republicana e federativa, o que é a antítese de um Estado Imperial centralizado, erguido com base num Poder Moderador.

Note-se, também, que o Iluminismo que bem conheciam condenou a lógica econômica típica do mercantilismo e deu origem a propostas e a teorias mais condizentes com as novas relações sociais de produção que surgiam (e que traziam no seu bojo a expansão comercial e o fortalecimento da classe burguesa), como faz, por exemplo, o iluminista Adam Smith. Não é crível supor que algum membro culto e instruído da elite imperial brasileira, o qual tenha tido contato com a obra smithiana, não tenha percebido o modo de

produção capitalista como algo generalizável, e mais: inevitável.

É menos razoável, ainda, que tal segmento da elite nacional não estivessem informados dos movimentos liberais na Península Ibérica ou que não visualizassem o acelerado progresso econômico-tecnológico decorrente da expansão das relações internacionais de comércio.

Baseados em Norbert Elias, aceitamos que o conceito de civilização expressa a consciência que a sociedade ou grupos sociais têm de si mesmos (ELIAS, 1994). Dito de outro modo: considerando que tal grupo de indivíduos percebe a transição de uma sociedade erguida pelo consenso para uma nova ambiência de relações sociais em que prevalece o conflito de interesse, torna-se indispensável a “regeneração social” (explicitamente no sentido de “dar nova forma”), que implica em uma nova concepção de cidadania que deveria estar, portanto, subjacente a um “processo civilizacional”. A regeneração implica, então, na aceitação de condutas sociais baseadas na meritocracia, na repartição minimamente

equitativa de poder político por meio da universalidade de procedimentos e em uma nova identidade como Nação (ELIAS, 1994).

Em que pese a busca por um modelo de cidadania, paradoxalmente, a elite intelectual não deixou de ser influenciada por legados do período colonial, pela existência de um sistema escravocrata e por um modo de produção centrado no latifúndio. São esses elementos necessariamente marcantes para o entendimento ou conceituação da cidadania brasileira no período. Não se pode negar, para se compreender um projeto de regeneração para a sociedade, que o país após a independência era basicamente composto por uma população rural e analfabeta. E, mais do que isso. O fim do período colonial não despertou o sentimento de pertencimento ou de identidade nacional.

Dessa forma, o desafio da elite humanista não foi o de se confrontar com a ideia de um “imenso Portugal” ou o de construir uma “civilização tropical”, mas, sim, o de preparar o país para ser parte das nações civilizadas por via de uma

postura iluminista só que, em nosso caso, focada naqueles que ocupam o topo da pirâmide social.

Não sem motivo o segmento que aqui estudamos da elite, teve um projeto civilizador distinto, pois entendeu a ambiguidade da estrutura social brasileira e, portanto, necessitaram buscar um modelo civilizatório a ser seguido, que permitiria, no futuro, adaptar-se a uma ordem centrada no individualismo de interesses e, principalmente, em conflitos decorrentes das relações sociais de mercado.

Assim, e novamente parafraseando Pechman, a regeneração em muito dizia respeito a uma essência moral, refletia diretamente os anseios de uma sociedade que buscava sobremaneira distinguir-se como culta e, portanto, detentora dos quesitos básicos a ser recebida no âmbito das nações civilizadas. A cultura formaria cidadãos que, dentro de um projeto civilizatório voltado para a estetização do cotidiano, pudessem integrar a ordem que se estabelecia: a ordem, estimuladora da boa moral e da brandura dos costumes (PECHMAN, 2002).

Reafirmamos, então, que o grupo da elite que estudamos, buscou construir a ordem para garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos e das suas relações com o mundo exterior já capitalista e, inegavelmente, civilizado (para o que necessitavam da construção de um Estado), ao passo que, para tal segmento difundir a civilização, era necessário assegurar o primado da razão, o progresso e a formação do povo, sem o que não haveria domínio de classe.

Entendiam, então, como necessário que estivessem eles próprios organizados como atores coletivos, ou seja, como um grupo possuidor de uma visão peculiar sobre os movimentos de transformação da sociedade.

Reafirmamos que o mercado estava efetivamente em formação, trazendo em seu bojo certas especificidades típicas do Brasil. Por exemplo, se tomarmos Gilberto Freyre em sua análise desenvolvida em *Sobrados e Mucambos* (1990) teremos claro que além de transformações no Estado foram também importante para formação inicial de um incipiente mercado capitalista no país, as transformações e mudanças

políticas e econômicas, a introdução de máquinas e, principalmente, a mudança de valores em termos de cultura urbana e ideologias, que se instauram e passam a considerar simultaneamente valores burgueses europeus e valores locais (não necessariamente “civilizados”).

Freyre, em verdade, ressalta que as ideias burguesas e os valores universais entram no Brasil no século XIX, da mesma forma que acontecera na Europa no século XVIII, em ambos os casos pela ampliação de um mercado assalariado, ou seja, pela troca de mercadorias que no período estudado começa a se acelerar e intensificar.

Tal linha de pensamento nos permite aceitar o argumento de que parte da elite imperial não pautou suas ações pela conjuntura (positiva ou negativa) que marcou o modelo da agricultura mercantil-escravista estabelecido; por outro lado, as pautou pela percepção, de que grupamentos sociais que começariam a emergir em face da modernidade, em última instância, seriam condicionados pelo fortalecimento gradual mercado embrionário.

Nesse sentido, diferentemente de outros segmentos da elite, esse grupo se preparou para alguma espécie de renovação, ajustando-se durante o período imperial – com maior ou menor velocidade – às novas (ou modernas) exigências decorrentes das relações sociais de produção que se estabeleciam. Foi um grupo que forjou suas práticas não por aspectos conjunturais, mas pela visão de mundo, ou pela consciência de mundo, que aos poucos iam compreendendo.

Desta maneira, tal grupo pautou-se pela antevisão de que seria inexorável à modernidade das relações sociais oriundas de um mercado de consumo assalariado que em algum momento haveria de ser impor, e, por óbvio, que a manutenção do modelo de agricultura mercantil-escravista revelava-se inviável no longo prazo, fez com que esse segmento da elite, simultaneamente, se dedicasse a apoiar a construção de uma sociedade hierárquica e erguida pela lógica do consenso (como já salientado, condição necessária para suplantarem as vulnerabilidades intrínsecas ao sistema de produção escravista) e com a finalidade de se preparar para

conviver em uma organização social estabelecida pelo conflito de interesses o que é típico das relações de mercado.

4 Breves considerações finais

Fica evidenciado que, desde o início século XIX, a situação brasileira não deixava de se configurar como algo dicotômico, pois possibilitava o convívio harmonioso entre a lógica de reprodução da agricultura mercantil-escravista e de algumas nascentes estruturas industriais, determinando um progressivo fortalecimento da camada burguesa local que ampliava sua relevância e opondo modos de produção que obviamente demandam regimes de regulação distintos.

Essas questões estão presentes na obra “A revolução burguesa no Brasil”, onde Florestan Fernandes aponta as bases para o surgimento da sociedade de classes no Brasil, como a tentativa de “instauração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975, p 29), a “burocratização da dominação patrimonialista” (FERNANDES, 1975, p 55), assim como a

assimilação de preceitos liberais por parte das elites. Todos estes fatores, segundo o autor, contribuíram para a diminuição da preponderância patrimonialista no Império.

Dessa maneira, o segmento da elite que estudamos percebe a emergência de uma ordem econômica, social e política totalmente nova e mais dinâmica, não só no restante do mundo, como — ainda que embrionariamente — no próprio país, identificando como necessário ajustar-se não só a novas condutas (e por isso iniciou o processo de diversificação de suas atividades produtivas), mas a novos princípios de racionalização civilizatória.

De toda sorte, claro está que as mencionadas mudanças no perfil civilizatório ocorreram lentamente, resultando do acúmulo de costumes, da aculturação e da institucionalização de condutas e procedimentos. A compreensão desse contexto de mudança das relações sociais em algum sentido explica a atuação da elite que estudamos, que mesmo que ainda visando adiar o inevitável, comporta-se mesclando atitudes para manter-se ao mesmo tempo ligada ao poder centralizador

imperial e com alguma liberdade de atuar (inclusive economicamente) de forma contrária, iniciando a aproximação e alianças com os grupos emergentes da burguesia local. E assim fazendo, promovia uma ação individualista típica de uma organização social estabelecida pelo conflito, assumidamente rumando na direção da “revolução burguesa” como definida em Florestan Fernandes, o que no Brasil ocorre sem ruptura e por meio da “coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’” (FERNANDES, 1975, p. 311) e por intermédio da qual, aos poucos, o senhor agrário se metamorfosearia em homem de negócios.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XLIII-IV, 1820 - 1821. Publicado com o título *Annaes da Bibliotheca Nacional do*

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1931.

CARVALHO, J. M. **Formação das almas**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

CERQUEIRA, H. A. G. **Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. (Texto para discussão, n. 263).

DIAS, M. O. A interiorização da metrópole (1808- 1853). In: MATA, C. G. (Org.) **1822**. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1977.

FAUSTO, B.; HOLANDA, S. B. de. **A época colonial: administração, economia, sociedade**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro e Editora da USP, 1972 (História geral da civilização brasileira, v. 2).

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus e Editora da USP, 1965. V. 1.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____. **Casa Grande & Senzala:** Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, S. B. de . **A herança colonial:** sua desagregação. São Paulo: Difel, 1976 (História geral da civilização brasileira, v. 1).

_____. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MATTOS, I. R. de **O tempo saquarema.** Brasília: INL, 1987.

_____. Do império do Brasil ao império do Brasil. In: _____. (org.) **Estudos em homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários.** 1974. Disponível em: <<http://www.livros-digitais.com>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores e sociabilidade na corte imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NOVAIS, F. Caio Prado Júnior. na historiografia brasileira. In: _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808).** São Paulo: Hucitec.1986.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PRADO JÚNIOR. C. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

PROENÇA, M. C. **A primeira regeneração: o conceito e a experiência nacional (1820-1823)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

RANGEL, G. D. L. Interesse público e interesse privado: uma análise do Brasil colônia à proclamação da república. **Revista Científica Hermes**, v. 13, p. 124-143, 2015a.

RANGEL, R. Dos Saquaremas ao Paulista de Macaé. Uma releitura sobre o declínio da elite fluminense. **Revista Faced**, v. 2, p. 1-19, 2005.

_____. Pragmatismo x Humanismo no Império: apontamentos sobre a institucionalização da educação no Brasil do século XIX. **Revista Uniabeu**, v. 8, p. 210-229, 2015b.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAES, D. **Formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Petrópolis: Paz e Terra, 1985.

SALLES, R. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**, São Paulo: Perspectiva, 1979.

VIANA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1933.

_____. **Evolução política do Brasil – Colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **História econômica do Brasil.** São Paulo:
Brasiliense, 1970.

_____. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília, DF:
Senado Federal, 1999.

Recebido em: 02-08-2016

Aprovado em: 08-12-2016

Publicado em: 12-03-2017